ANTI CAPITALISTA

N.º 41 (SÉRIE II) – JULHO 2021

POLÍTICA LOCAL NO PORTO: HÁ AQUI ANTICAPITALISTAS! P.07

A UBERIZAÇÃO É O PASSADO DO TRABALHO PP.04-05

NO CALOR DAS LUTAS

EDITORIAL

ALGO DE REALMENTE NOVO SOB O SOL?

A realidade, dita "pandémica", repete, intensifica, sublinha o que há muito já sabíamos. Problemas há muito reconhecidos e diagnosticados, como os que se associam a todo o tipo de monoculturas, a exploração intensiva, a instantâneas capitalizações de lucros explodem-nos nas mãos todos os dias. A monocultura do turismo de massas – retoricamente inscrito como direito de livre circulação, condicionado por proveniência e por capacidade financeira – é apenas um exemplo particular de um regime de dependência para com uma atividade económica que, no modo como se concretiza em Portugal, produz consequências dramáticas.

A par da precariedade laboral, da falta de vínculos e de direitos, da desigualdade social (e simbólica) entre os/as que servem e os/as que são servidos vem a escassez de alternativas, a perda de autonomia e de capacidade de gestão económica e política. Países, surgem como meros competidores por "fatias de mercado", em que as pessoas são secundarizadas ante interesses maiores que as subjugam. As relações assimétricas, ditadas por finança e reduzidas aos caprichos do mercado, toldam identidades, subalternizam culturas e anulam modos de vida. A dependência da economia portuguesa ao turismo de massas, repercutindo-se no trabalho, na habitação ou na cultura, tem na gestão pandémica um exemplo adicional dos seus perigos e adversidades.

Nada de novo, portanto, como não há realmente novidade no modo como desequilíbrios entre países se concretizam no tabuleiro de injustiças onde se locomove o dito "novo normal". O modo como assimetrias sistémicas esvaziam agricultura ou planeamento de território, anulando possibilidades efetivas de combate às alterações climáticas é forma de enunciação de uma realidade que urge transformar o quanto antes. Quando, ainda recentemente, a quase totalidade das forças políticas acordou para o que o Bloco há muito havia denunciado, na exploração sub-humana do trabalho migrante ilustrada na realidade de Odemira, o que se revela é um dos retratos dessa outra pandemia antiga, duradoura e sem vacina que é a das vidas secundarizadas pelo esbulho de um capitalismo parasitário.

Nada de novo sob o sol. A mudança necessária passa por não abdicar da humanidade que nos cabe, na responsabilidade coletiva pelo que é comum, fundamental, necessário; a responsabilidade perante vidas que não se avaliam pela carteira nem se medem por rankings de "competitividade". Cada texto desta edição é uma emanação dessa reivindicação inadiável, que passa antes de mais pelas pessoas, pelo seu trabalho ou lazer, pelo seu direito à cidade em plena dignidade. Cada um destes textos uma batalha necessária, foco transformador do que se impõe para que realmente surja, sob o sol, algo de novo

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, onde se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** empenhadxs nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
Algo de realmente novo sob o sol?

3 **Debate**
Ricardo Vicente: Agricultura, floresta e paisagem capitalista

4-5 **Trabalho**
Nuria Soto e Felipe Alvarez: A uberização é o passado do trabalho

6 **Internacional**
Alda Sousa e Tatiana Moutinho: Sheikh Jarrah: de Jerusalém para o mundo

7 **Política Local**
Joana Cruz e Susana Constante Pereira: Política local no Porto: há aqui anticapitalistas!

8 **Cinema e Agenda**

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Hugo Monteiro
Leonor Figueiredo
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Participaram nesta edição
Alda Sousa
Adriano Campos
Andrea Peniche
Felipe Alvarez
Hugo Monteiro
Joana Cruz
Leonor Figueiredo
Nuria Soto
Ricardo Vicente
Susana Constante Pereira
Tatiana Moutinho

Foto de Capa *Ilse Orsel*

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

AGRICULTURA, FLORESTA E PAISAGEM CAPITALISTA

RICARDO VICENTE

Nas últimas décadas foram grandes as mudanças na agricultura portuguesa, com moldes e ritmos diferentes, em função das especificidades de cada região. De norte a sul do país encontramos uma grande heterogeneidade edafoclimática e socioeconómica que se traduz em diferentes aptidões produtivas. Também a estrutura fundiária é muito distinta, destacando-se uma agricultura de base familiar que domina as regiões centro e norte, em número e em expressão territorial, que contrasta com duas tipologias muito distintas que assumem especial importância a sul do Tejo: a grande agricultura de base fundiária, de elevada dimensão física e com base em sistemas de produção extensivos; a agricultura do grande agronegócio, com elevado poder financeiro, tecnológico e comercial.

Nas últimas duas décadas, o país perdeu 30% das explorações agrícolas e a Superfície Agrícola Útil (SAU) reduziu 2,6%, mas se considerarmos apenas a Beira Litoral, por exemplo, perderam-se 45% das explorações agrícolas e 24% da SAU. No mesmo período, ocorreu uma enorme quebra produtiva no conjunto da agricultura portuguesa, com o Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado a cair mais de 20% comparativamente à década de noventa. As regiões centro e norte são as mais afetadas pelo abandono da atividade agrícola, têm menos cobertura dos subsídios da Política Agrícola Comum e sofreram maior ocupação florestal com base em monoculturas de eucalipto e pinheiro bravo que uniformizaram a paisagem. A combinação destes fatores levou à perda de resiliência do território, sendo os incêndios rurais a face mais visível desta fragilidade.

No centro e norte do país, a uniformização

da paisagem foi facilitada pela ausência de política pública capaz de promover a continuidade das agriculturas locais – que compartimentavam a floresta – e valorizar a sua produção e serviços ecológicos, mas foi também impulsionada pelo ajustamento dos instrumentos de política pública de ordenamento e financiamento aos interesses da indústria da celulose, como são exemplo os Planos Regionais de Ordenamento Florestal que, apesar de revistos em 2019, continuam a considerar como prioritários os povoamentos puros de eucalipto. Sem monitorização e fiscalização eficientes, instalou-se a política de terra queimada e a plantação de eucaliptos foi fortemente incentivada por apoios públicos ao investimento, ignorando as suas consequências ambientais e socioeconómicas. Na sombra da despesa pública enraizaram-se os mecanismos de favorecimento já elencados, aos acresce a ausência de intervenção estatal na regulação do mercado de produtos agroflorestais e a quase total dedicação dos meios públicos de investigação e inovação sectorial à fileira da celulose.

A sul do Tejo surgiram novos processos de uniformização de paisagem, mas com traços comuns: extrativista e lesivo para o interesse público; quebra de resiliência do território; ausência de monitorização e fiscalização; grande nível de financiamento público.

O processo decorre essencialmente em áreas beneficiadas por investimentos públicos de suporte ao regadio, como é o caso do Alqueva e do Perímetro de Rega do Mira, onde os promotores conseguem financiar-se com água muito abaixo do custo de mercado. Destaca-se o olival e o amendoal intensivos no Alqueva e as culturas hortícolas cobertas por plástico no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Comparativamente com a produção florestal, estes casos têm necessidades de trabalho anual muito maiores. Os trabalhadores, tendencialmente imigrantes, são explorados até onde a chantagem conseguir o despejo da sua dignidade.

O SISTEMA CAPITALISTA IMPRIME NA PAISAGEM PORTUGUESA A SUA LÓGICA MINEIRA SOBRE OS RECURSOS NATURAIS, UNIFORMIZANDO-A COMO REFLEXO DA SUA HEGEMONIA NO PODER ECONÓMICO E GOVERNATIVO. A LUTA PELO USO DEMOCRÁTICO DOS RECURSOS NATURAIS, POR UMA PAISAGEM HETEROGÉNEA E UM TERRITÓRIO RESILIENTE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS É CERTAMENTE UM CONFRONTO COM O CAPITALISMO QUE NOS DEVE MOBILIZAR.

TRABALHO

A UBERIZAÇÃO É O PASSADO DO TRABALHO

Nuria Soto e Felipe Alvarez

Flexibilidade. Liberdade. **Sê o teu próprio patrão. Estas foram as palavras que ressoaram continuamente na nossa "formação" para entrar na plataforma Deliveroo, e na de milhares de estafetas até hoje. Que maravilha! Parecia o trabalho ideal, no qual poderíamos trabalhar quando quiséssemos, descansando o quanto quiséssemos e matando o tempo livre entregando pedidos e fazendo algum dinheiro. Não poderia estar mais longe da realidade. Não demorou muito para ver que estávamos diante de uma forma de controlo subtil mas óbvia: o algoritmo.**

As empresas que seguem essa lógica têm alguns pontos em comum: não há horário fixo, mas a cada semana as trabalhadoras e os trabalhadores comunicam as horas que desejam trabalhar na semana seguinte e é a empresa que decide quantas horas realmente se farão. As horas atribuídas não garantem receita económica, uma vez que a empresa paga pelo pedido feito e não pelo tempo gasto. Essa decisão é tomada com base numa série de critérios obscuros geridos por um algoritmo, que se traduz numa pontuação ou excelência com base em alguns fatores - como disponibilidade quando há alta procura, velocidade, pontuação do cliente final (má pontuação = menos trabalho = menos dinheiro), e muitos outros aspectos opacos e inacessíveis que modulam e internalizam a disciplina nos trabalhadores. Podemos suspeitar de outros fatores, como a visibilidade de alguns trabalhadores nas manifestações, filiação sindical, entre outros, conforme decidiram alguns tribunais no Estado Espanhol.

Assim, a suposta liberdade oferecida pela economia de plataformas acaba por se revelar muito próxima da escravidão. Dizem "tens liberdade para trabalhar quando quiseres" mas se o trabalhador não escolhe os horários de alta procura, se não é bem avaliado pelos clientes, se não é dócil relativamente às imposições da empresa e outras razões opacas, é penalizado, as horas não lhe serão atribuídas e não poderá pagar a renda. Acaba por ser um trabalhador desprotegido, à espera que lhe caiam pedidos à porta de um estabelecimento. Quem não se lembra das condições de trabalho das primeiras fábricas do séc. XIX? Ou dos trabalhadores temporários indocumentados no Norte global?

Todas essas condições afetam o que resta do estado de bem-estar, que foi uma conquista da luta da classe trabalhadora, alimentada pela consciência de classe e pela ação coletiva. Essa conquista, como bem sabemos, deu origem a direitos que hoje tomamos como garantidos, como o salário mínimo, jornada máxima de 8 horas diárias, férias remuneradas, contribuições, reforma, saúde, educação e serviços públicos, etc. Questões que dão um pouco de dignidade à pesada tarefa de vender força de trabalho a terceiros.

O neoliberalismo tentou minar esses direitos que impõem certas responsabilidades às empresas e atentam contra a sua sede de acumulação de dinheiro. Para tal tem utilizado múltiplas estratégias e uma delas - a mais eficaz a nível psicossocial - é a promoção da suposta flexibilidade e mentalidade individualista, atrelada à ideia de empreendedor/a. Algo que não é novo, mas que vem fermentando desde os anos 60 no seguimento de várias crises.

Que melhor forma de evitar responsabilidades e privar o trabalhador de seus direitos do que fazê-lo sentir-se com sorte? O trabalhador não está a ser explorado, ele é o seu próprio patrão, um grande empresário com uma mochila amarela; não faz entregas, mas

sim "missões"; não é demitido, mas "desconectado". É por meio dessa perversão da linguagem que, aos poucos, se confundem as diferentes realidades que o trabalhador constantemente enfrenta. Além disso, é importante reforçar essa ideia individualista de empreendedorismo, que choca totalmente com qualquer ideia coletiva que vá além dos próprios interesses, ou seja, com o sindicalismo, principal inimigo da acumulação de capital por parte dos patrões à custa da integridade dos trabalhadores.

Assim que desenvolvem a sua nova linguagem, descrevem a realidade da exploração e da falta de proteção como empreendedorismo e desenvolvimento pessoal, desligando a relação com a empresa. Quando vozes sensatas falam de fraude tributária, as empresas dizem que há "incerteza jurídica" usando os argumentos por si mesmas criados. Com a desculpa da novidade do algoritmo, dizem que as leis atuais não se ajustam às novas tecnologias e modelos de trabalho mas, quando vemos além da sua teia de mentiras, percebemos que a única coisa que não se adapta à lei vigente é a desproteção laboral e a fraude fiscal.

Infelizmente, vários governos no mundo caíram nesta armadilha discursiva e mudaram a lei para adaptá-la às novas fraudes, e é exatamente isso que queremos denunciar. No Estado Espanhol, lutamos intensamente há 4 anos para evitar esse modelo. Não precisamos que, em nome de uma suposta flexibilidade, se crie um ponto intermédio entre trabalhador por conta de outrem e trabalhador por conta própria, com menos direitos que um trabalhador.

Essas chamadas “novas formas de trabalho” são, na realidade, o passado do trabalho; trabalhar sem salário mínimo e sem jornada máxima, sem férias remuneradas, sem direito a licença médica... enfim, quase sem qualquer tipo de proteção. Facto confirmado, no caso espanhol, por 48 decisões judiciais, uma delas do Supremo Tribunal de Justiça.

É importante desmontar categoricamente essa novidade referente à insegurança jurídica e à inovação, porque em alguns casos começa-se a falar da necessidade de figuras intermédias que se adaptem a essas “novas formas de trabalho”. Mais uma expressão de que o que se procura é aliviar as responsabilidades das empresas, distribuindo-as pelos trabalhadores e pela própria sociedade. Uma armadilha que leva ao grande erro de tentar complementar a flexibilidade (inexistente) com direitos. Resumindo: manter uma falsa autonomia do estafeta, dando-lhe simultaneamente alguns dos direitos de um trabalhador assalariado. Um erro da sociedade e uma conquista do empregador, porque a forma mais eficaz de atribuir direitos e qualidade de vida ao trabalhador é através de algo tão simples como reconhecer a sua verdadeira relação de trabalho.

Neste contexto parece que o que define o trabalhador é uma opinião e não um facto definido por uma série de características legislativas. Não defendemos uma figura ou outra de acordo com as nossas preferências particulares. Não é que prefiramos ser assalariados em vez de independentes. O que defendemos é que somos assalariados não reconhecidos. Portanto, a nossa luta não é a favor do trabalhador assalariado ou contra o independente: é contra o falso trabalhador independente. De facto, a célebre "lei Rider" no Estado Espanhol não impede quem pretende ser independente. Mas, para tal, deve ter a sua principal ferramenta de trabalho (ou seja, a sua própria app, que nestas plataformas é das empresas), negociar taxas, ter carteira de clientes própria, organizar o seu tempo, não ser penalizado, etc. Mas isto leva-nos a questionar se é mesmo viável.

Portanto, não é verdade que, em vez de um debate entre trabalhadores e empresa, haja falsos debates entre estafetas que defendem trabalho independente e estafetas que defendem trabalho assalariado. Não se trata de um problema setorial, mas de um modelo económico em que todos devemos ter voz.

Embora seja verdade que os modelos de trabalho precisam de ser melhorados, claramente não é necessário retroceder para a perda de direitos. Por muito que estas empresas continuem a chamar evolução ao retrocesso, e a definir o que é decrépito como algo "cool", a classe trabalhadora continua a lutar pelos factos, e contra a sua distorção através da nova linguagem. Nem flexibilidade, nem liberdade, nem próprio patrão: precariedade, falta de proteção e relação de trabalho não reconhecida.

Foto de Mohammed Zaanoun.
Hashem Al Jarousheh é um barbeiro palestiniano. Aviões israelitas destruíram o local que é o único sustento da sua família. Hashem decidiu trabalhar no escombros da sua antiga barbearia da cidade de Gaza.

SHEIKH JARRAH: DE JERUSALÉM PARA O MUNDO

ALDA SOUSA E TATIANA MOUTINHO

Ao longo dos últimos anos (décadas?) que os meses de maio ficam sistematicamente marcados por investidas contra o povo palestiniano, seja na Faixa de Gaza, seja nos territórios ocupados da Cisjordânia. Maio assinala a Nakba (a Catástrofe) que se iniciou em 1948 com a criação do estado de Israel e que, só nesse ano, obrigou ao deslocamento forçado de 700000 palestinianos e palestinianas. Uma vez mais, o último mês de maio não foi diferente. Ou terá sido?

#SaveSheikhJarrah - Um movimento social que uniu a resistência palestiniana...

Desde a sua criação e expansão colonialista que parte da política de limpeza étnica levada a cabo por Israel ao longo de mais de sete décadas passa por uma política de deslocamentos forçados, expropriações e despejos. Os bairros de Jerusalém Oriental não são excepção e, em abril último, o tribunal de Jerusalém rejeitou um recurso contra mais um despejo no bairro (hoje mundialmente conhecido) de Sheikh Jarrah, ordenando que oito famílias abandonassem as suas casas até 2 de maio. A disputa nos tribunais israelitas, com o lado israelita a argumentar que teria direitos que remontam à era otomana, é espúria: Jerusalém Oriental é considerado território ocupado desde 1967 pelo que, à luz do direito internacional, está fora da jurisdição da potência ocupante. O bairro de Sheikh Jarrah é composto maioritariamente por famílias palestinianas que aí se instalaram em 1948, quando foram expulsas das suas casas em vários lugares da Palestina histórica.

A decisão do tribunal israelita foi o rastilho que incendiou os protestos em Jerusalém e deu fôlego à campanha #SaveSheikhJarrah, liderada pelos irmãos gémeos de 23 anos, Mohammed e Muna al-Kurd. Fazendo uso das redes sociais, e mesmo perante fortíssima censura de plataformas como Facebook, Whatsapp, Instagram, Twitter ou YouTube, esta campanha conseguiu unir os palestinianos. A sua eficácia deve-se ao seu foco naquilo que é a essência da experiência do povo palestiniano: os deslocamentos forçados. Também no inicio de Maio, e ainda antes do final do Ramadão, no coração da Cidade Velha, a polícia israelita atacou por três vezes em quatro dias a mesquita al-Aqsa, um dos locais sagrados do Islão.

Toda esta sucessão de acontecimentos em Jerusalém contagiou palestinianos um pouco por toda a Palestina: desde as cidades (ditas) mistas de Israel, como Haifa, Lod e Nazaré - onde vivem mais de dois milhões de palestinianos na condição de cidadãos de segunda ou de terceira, resultado da política de apartheid levada a cabo por Israel - até Nablus, Hebron e um pouco por toda a Cisjordânia. Na Faixa de Gaza o Hamas exige a retirada das forças de ocupação da mesquita al-Aqsa e do bairro de Sheikh Jarrah até 10 de Maio, exigência esta que foi ignorada. E assim se inicia o lançamento de rockets a partir de Gaza, amplamente propalada pelos meios de comunicação mainstream como se de (mais) um "conflito Israel-Hamas" se tratasse, ignorando propositada e olimpicamente a mobilização do povo Palestiniano por todo o território, e que ultrapassou as próprias fronteiras da Palestina, com milhares de palestinianos da diáspora a concentrarem-se nas fronteiras da Cisjordânia e do Líbano. [continua online]

POLÍTICA LOCAL NO PORTO: HÁ AQUI ANTICAPITALISTAS!

JOANA CRUZ E SUSANA CONSTANTE PEREIRA

"Viva em cada caminho
descobrir mais um lugar
Vivam os braços abertos
Viva o gosto por mudar

Viva a nossa vontade
de partir para voltar
Vivam as histórias da gente
e o que está por inventar"

Esta letra[1] , escrita para os Retimbrar, invoca o grito de liberdade que é saber que sempre podemos transformar o futuro e dar valor ao território e ao passado percorrido. Afinal, também somos o solo que, com os pés, pisamos.

Passaram 8 anos desde que a candidatura autárquica "E Se Virássemos o Porto ao Contrário" decidiu abrir a política à vida e, juntando artistas-cidadãos e cidadãos-artistas, fez uma campanha que, parafraseando Augusto Boal, quis "ter a coragem de ser feliz"[2]. E decorreram 4 anos desde que o João Semedo deu ao coletivo do Porto cabeça fria e pele dura para fazer acontecer, afirmar alternativas e dar visibilidade à oposição socialista que a cidade merece.

Em 2021, com um novo processo eleitoral em curso, aqui e agora, temos razões para celebrar conquistas e o dever de o fazer. São conquistas cuja execução não depende do Bloco, mas que se devem celebrar, porque estaremos de certeza cá para as fazer vingar. A Automatização da Tarifa Social da Água, a criação de um Programa Municipal de Cuidados Informais, a consolidação de Políticas Locais de Saúde para Responder à Pandemia, um Plano de de Mobilidade em Bicicleta, o alargamento do Acesso às Bibliotecas Municipais, uma Estratégia Municipal Integrada para as Dependências ou um Plano Municipal LGBT+. Estes são exemplos das conquistas dos últimos anos.

De mangas arregaçadas para o que temos pela frente, continuamos a querer resgatar uma democracia plena para o Porto e lutar por condições dignas para quem aqui tem a sua vida. Contra uma governação que põe os interesses de poucos à frente dos direitos de toda a gente, que faz da cidade um produto para venda e que promove políticas que nos põe numa situação de enorme fragilidade em face da grave crise que vivemos, cremos numa Câmara Municipal, numa Assembleia Municipal e em Juntas de Freguesia que ouvem e respondem a nível local às necessidades concretas das pessoas, nas várias dimensões das nossas vidas: habitação, proteção social, respostas às famílias, economia e desenvolvimento local, trabalho com direitos, igualdade de oportunidades, ambiente, saúde, qualidade de vida, espaços verdes, direito ao lugar, património, identidade e cultura.

Depois de 20 anos de governação de direita - 12 anos de Rui Rio e de coligação PSD/CDS na cidade e 8 anos de Rui Moreira, que sob uma fachada de político independente convoca as mesmas forças de direita - falar da intervenção do Bloco no Porto, em junho de 2021, é falar de uma luta que nos convoca a todas e a todos, num plural que extravasa o próprio Porto, porque o que aqui se passa tem uma expressão que vai para lá do local e deve-nos preocupar a nível nacional. O que se passa no Porto é, em muitos aspetos, o contraciclo do que se passa no resto do país, no que toca às conquistas que temos feito. Quando se discute criticamente o colonialismo no país, e no mundo se derrubam estátuas, Rui Moreira ergue às custas do orçamento municipal um monumento ao ultramar. Quando no resto do país, e em tantos pontos do mundo, se pintam cidades de arco-íris, Rui Moreira responde à proposta de hastear a bandeira nos Paços do Concelho com desdém e socorrendo-se de justificações absurdas e que em nada consideram os direitos das pessoas.

Queremos continuar a luta pelos direitos das pessoas na cidade, abrindo caminhos, criando novos futuros dentro daquilo que existe. Ter a liberdade de viver o Porto no seu contrário, juntando diferentes vozes, unindo, para inverter aquilo que já não desejamos. E, neste caminho de luta, a par dos Retimbrar, continuamos a evocar o que há a celebrar: "E viva o Porto, cidade, E viva o Porto, canção, Viva a nossa Liberdade, Viva todos que aqui estão".

1 - de Teresa Melo Campos, adaptada do original de José Carretas, para o coletivo musical do Porto: Retimbrar, no âmbito do Festival "Manobras no Porto 2012"

2 - Este foi o mote da Campanha de Augusto Boal para vereador do Rio de Janeiro, pelo PT, nas eleições municipais de 1992.

CICLO INTERNACIONAL DE CONFERÊNCIAS MULHERES SEM FRONTEIRAS
Movimentos de Mulheres nos séculos XX e XXI - 110.º aniversário do Voto de Carolina Beatriz Ângelo - 5.º aniversário da Associação Mulheres sem Fronteiras
12 de julho pelas 18:30 (online) O Movimento de Libertação das Mulheres e os reflexos em Portugal

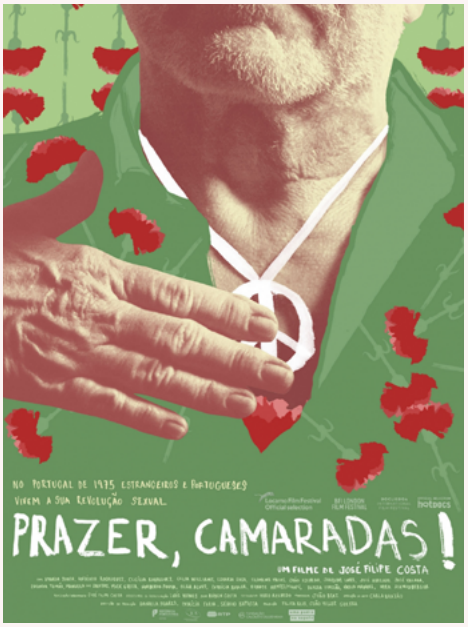
MARCHA DO ORGULHO DO PORTO
3 Julho, Porto, Praça da República, 15h00.

"Atravessamos uma pandemia onde vimos direitos LGBTI+ retrocederem um pouco por todo o mundo. Confirmámos dezenas de casos de discriminação, de LGBTfobia, racismo, xenofobia e de misoginia no nosso país, nas nossas cidades, nas nossas ruas. É urgente marchar pela diversidade, pela liberdade e sobretudo pelo direito ao amor em todas as suas expressões.
Marchemos em segurança por respeito a todas as pessoas que perderam vidas e entes querides, por todas as pessoas que não poderão juntar-se a nós."

CONTACTOS

Email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**

www.redeanticapitalista.net



***PRAZER, CAMARADAS!** de José Filipe Costa*
Produtora: Uma pedra no sapato
1h 45 min | M/12 | Portugal, 2019

O título deste documentário/ficção é uma das suas coisas felizes. É o prazer em conhecer uma história pouco contada da Revolução e o prazer em conhecer o debate sobre o prazer no processo revolucionário em curso.
A história passa-se numa cooperativa de uma herdade ocupada, à qual chegam estrangeiros e exilados para trabalhar e participar no processo revolucionário. A partir de um quotidiano rural, percebemos um tempo em que a terra já é de quem a trabalha, mas na divisão sexual do trabalho não se mexe, um tempo em que ela ainda mandava na cozinha e ele ainda continuava a mandar nela, como se a Revolução marcasse um compasso diferente portas dentro. As conversas no lavadouro sobre sexo e prazer, que são de uma ternura imensa, mostram um país atrasado, mesmo muito atrasado. E esse atraso é um choque, sobretudo se pensarmos como era a Europa na altura e fizermos o exercício de perceber que havia/há outro país fora de determinados ambientes urbanos. A pergunta que me acompanhou durante o filme foi, por isso, sobre o que fez a Revolução para resolver esse atraso. Fez alguma coisa, fez muito, porventura, mas muito foi pouco e/ou devagar. Fez o planeamento familiar, a lei do divórcio, o sufrágio universal. Legislou e legislou bem, mas tardou em compreender outras desigualdades e outras relações de poder, sendo, tantas vezes, uma revolução do "agora ainda não", como o filme ilustra, com imensa graça, na cena que retrata uma reunião da cooperativa em que se discute se fulano de tal deve ou não limpar as botas quando entra em casa e, havendo resistência do fulano de tal, que por acaso estava a dirigir a reunião, em aceitar mudar o seu comportamento, a decisão sobre o assunto transita para o departamento cultural. A burocracia, a sempre útil burocracia, a justificar o "agora ainda não".
A forma como o tempo é tratado, esvaziado de lógica, é um convite constante à ultrapassagem de um tempo linear, de uma narrativa unidimensional. Ontem é muitas vezes (quase) hoje, porque o tempo do prazer e da desigualdade de género tem minutos diferentes nas sociedades patriarcais e nas revoluções do "agora ainda não". Esse teletransporte temporal acontece logo nas primeiras cenas e permanece o tempo todo através dos corpos. Corpos reais, maduros, esquecidos, que desafiam a noção linear de tempo. E é bom pensar e debater o prazer e os modos de vida a partir de corpos reais. *Andrea Peniche*